CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2024.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔNIA DO PIAUÍ E A EMPRESA L S MOURA LTDA - JL DISTRIBUIDORA DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS HOSP PARA OS FINS A QUE SE DESTINAM.

Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO PIAUÍ**, inscrito no CNPJ sob nº 41.522.376/0001-43, doravante designado **CONTRATANTE**, neste ato representado (a) pelo (a) Prefeito Municipal, **SELINDO MAURO CARNEIRO TAPETI SEGUNDO,** CPF Nº 003.353.543-43 e a empresa **L S MOURA LTDA - JL DISTRIBUIDORA DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS HOSP**, CNPJ nº 32.917.343/0001-01, com sede na Rua Avenida Dr. José Gusmão, 934, Centro, CEP: 64.516-000, Colônia do Piauí-PI, Tel. (89) 98822-3447, email: jldistribuidora001@gmail.com, designada **CONTRATADA,** neste ato representada por **LUANNA SOBRINHO MOURAILVA**, inscrito(a) no CPF sob o nº 029.279.943-82, firmam o presente **CONTRATO,** sujeitando as partes à Lei nº 14.133/2021 e pelas condições estabelecidas no Pregão Eletrônico nº 005/2024, parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, juntamente com Proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá, pelas Cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Material Esportivo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
1.2. Independentemente de transcrição, são partes integrantes deste Contrato Administrativo o edital do Pregão Eletrônico n° 005/2024 e seus anexos, bem

como seu respectivo Termo de Referência, Proposta de Preços apresentada pela empresa vencedora e eventuais anexos dos documentos supracitados, instrumentos presentes no Processo Administrativo n° 025/2024, vinculando esta avença para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é a partir da sua assinatura até 31/12/2024, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Fica designado o servidor Fábio Pereira de Araújo, inscrito no CPF sob o nº 978.223.613-68, como gestor do presente contrato, e o servidor Fredson da Silva Carvalho, inscrito no CPF sob o nº 045.920.133-60, como fiscal do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

Item	Descrição	MARCA	MODELO	Und	Quant.	V. Unit.	V. Total
1	BOLA FUT. DE CAMPO POSSUINDO 32 GOMOS, PESANDO ENTRE 410-450g, MEDINDO ENTRE 68-70cm,COSTURADA A MÃO, HIBRIDA (COLA E COSTURA), COM MIOLO REMOVIVEL	PENALTY	BRASIL 70 R1	UNID	120	**R$ 88,00**	R$ 10.560,00
2	BOLA FUT. DE CAMPO POSSUINDO 32 GOMOS, PESANDO ENTRE 410-450g, MEDINDO ENTRE 68-70cm, COSTURADA A MÃO, LAMINADO EM PU, COM MIOLO REMOVIVEL	PENALTY	STORM	UNID	80	**R$ 77,00**	R$ 6.160,00

3	BOLA FUT. DE SALÃO POSSUINDO 32 GOMOS, PESANDO ENTRE 400-440g, MEDINDO ENTRE 62-64cm,COSTURADA A MÃO, HIBRIDA (COLA E COSTURA), COM MIOLO REMOVIVEL	PENALTY	BRASIL 70 R1	UNID	120	R$ 88,00	R$ 10.560,00
4	BOLA FUT. DE SALÃO POSSUINDO 6 GOMOS, PESANDO ENTRE 400-440g, MEDINDO ENTRE 62-64cm,COLADA, LAMINADO EM PU, COM MIOLO TIPO CAPSULA SIS	PENALTY	LIDER	UNID	80	R$ 77,00	R$ 6.160,00
5	BOLA FUT. DE SOCIETY POSSUINDO 6 GOMOS, PESANDO ENTRE 420-450g, MEDINDO ENTRE 66-69cm,COLADA, LAMINADO EM PU, COM MIOLO TIPO CAPSULA SIS	PENALTY	LIDER	UNID	50	R$ 77,00	R$ 3.850,00
6	BOLA DE VOLEIBOL POSSUINDO 18 GOMOS, PESANDO ENTRE 260-280g, MEDINDO ENTRE 65-67cm,COSTURADA A MÃO, COM MIOLO REMOVIVEL	PENALTY	VP 2000	UNID	50	R$ 71,00	R$ 3.550,00
7	BOLA DE HENDEBOL NOS TAMANHOS H1 H2 H3, POSSUINDO 32 GOMOS,FUSIONADA , LAMINADO MICRO POWER, COM MIOLO TIPO CAPSULA SIS	PENALTY	ULTRA FUSION	UNID	30	R$ 77,00	R$ 2.310,00
8	CHUTEIRA PARA TUF. CAMPO COM SOLADO EM PVC E COSTURADO CABEDAL EM MICROFIBRA	PENALTY	LIDER	PAR	100	R$ 88,00	R$ 8.800,00
9	CHUTEIRA PARA TUF. SOCIETY COM SOLADO EM BORRACHA, CABEDAL EM MICROFIBRA	PENALTY	LIDER	PAR	50	R$ 88,00	R$ 4.400,00
10	TROFEU COM ALTURA MINIMA DE 30CM	IND. VITORIA		UNID	30	R$ 34,00	R$ 1.020,00
11	TROFEU COM ALTURA MINIMA DE 40CM	IND. VITORIA		UNID	30	R$ 46,00	R$ 1.380,00
12	TROFEU COM ALTURA MINIMA DE 60CM	IND. VITORIA		UNID	30	R$ 88,00	R$ 2.640,00
13	TROFEU COM ALTURA MINIMA DE 70CM	IND. VITORIA		UNID	15	R$ 139,00	R$ 2.085,00

14	TROFEU COM ALTURA MINIMA DE 1M	IND. VITORIA		UNID	15	R$ 305,00	R$ 4.575,00
15	MEDALHA G NA COR OURO	IND. VITORIA	HONRA AO MERITO	UNID	200	R$ 6,30	R$ 1.260,00
16	MEDALHAS G NA COR PRATA	IND. VITORIA	HONRA AO MERITO	UNID	200	R$ 6,30	R$ 1.260,00
17	MEDALHAS G NA COR BRONSE	IND. VITORIA	HONRA AO MERITO	UNID	200	R$ 6,30	R$ 1.260,00
18	APITO PARA ARBITRO COM POTENCIA DE 115 DECIBEIS	FOX 40	CLASSIC	UNID	20	R$ 15,00	R$ 300,00
19	KIT CARTÃO DE ARBITRO PARA FUTSAL	PANGUE	KIT FUTSAL 3 CARTÕES	UNID	20	R$ 8,50	R$ 170,00
20	KIT CARTÃO DE ARBITRO PARA FUTEBOL	PANGUE	KIT FUTEBOL 2 CARTÕES	UNID	20	R$ 8,50	R$ 170,00
21	BOMBA PARA ENCHER BOLA DUPLA AÇÃO	PENALTY	BIG DUPLA AÇÃO	UNID	20	R$ 32,00	R$ 640,00
22	TENIS P/FUTBOL DE SALÃO COM SOLADO EM BORRACHA, CABEDAL EM MICROFIBRA	PENALTY	LIDER	PAR	100	R$ 87,00	R$ 8.700,00
23	CANELEIRAS	PENALTY	MATIS	PAR	50	R$ 32,00	R$ 1.600,00
24	JOELHEIRAS EM NEOPRENE	REALTEX	.0700	UNID	30	R$ 32,00	R$ 960,00
25	COCHAL EM NEOPRENE	REALTEX	.0900	UNID	30	R$ 32,00	R$ 960,00
26	TORNOZELEIRAS EM NEOPRENE	REALTEX	.0800	UNID	30	R$ 32,00	R$ 960,00
27	COTOVELEIRA	REALTEX	.0950	UNID	30	R$ 32,00	R$ 960,00
28	REDE P/TRA. DE FUT DE CAMPO FIO4 EM POLIETILENO	PANGUE	STANDART/CONVENCIONAL	PAR	20	R$ 305,00	R$ 6.100,00
29	REDE P/TRA. DE FUT DE SOCIETY FIO4 EM POLIETILENO	PANGUE	STANDART/CONVENCIONAL	PAR	10	R$ 200,00	R$ 2.000,00
30	REDE P/TRA. DE FUT DE SALÃO FIO4 EM POLIETILENO	PANGUE	STANDART/CONVENCIONAL	PAR	20	R$ 211,00	R$ 4.220,00
31	REDE P/VOLEI FIO SINTETICO C/2 LONA EM POLIETILENO	PANGUE	STANDART/CONVENCIONAL	UNID	10	R$ 89,00	R$ 890,00
32	EQUIPE COMPLETA P/ 21 JOGADORES	RAKET	EQUIPE 21 SUBRIMADA	EQUIP	12	R$ 588,00	R$ 7.056,00
33	LUVA PARA GOLEIRO	PENALTY	DELTA TRAINING	UNID	20	R$ 67,00	R$ 1.340,00
34	UNIFORME P/ ARBITRO	RAKET	UNIFORFE DRYFIT	UNID	20	R$ 89,00	R$ 1.780,00
35	BANDEIRA PARA AUXILIAR	PENALTY	REF 7909342213365 - BANDEIRA PARA ARBITRO	PAR	20	R$ 67,00	R$ 1.340,00
36	SACOLÃO	KANXA	REF 6065 - SACOLA MATERIAL	UNID	12	R$ 90,75	R$ 1.089,00

37	MEIÃO	PENALTY	STORM	PAR	200	R$ 6,50	R$ 1.300,00
38	CORDA DE PULAR EM NYLON COM PUNHO MED 2,5M	PANGUE	NYLON 2.5	UNID	50	R$ 6,70	R$ 335,00
39	CONES PARA TREINAMENTO 23CM	PANGUE	CONE PVC 23CM	UNID	100	R$ 8,40	R$ 840,00
40	PRATOS PARA TREINAMENTO FUNCIONAL	PANGUE	PRATO FUNCIONAL	UNID	100	R$ 5,60	R$ 560,00
41	CONE COM BARREIRA PARA TREINAMENTO FUNCIONAL (DOIS CONES FURADOS E UMA BARREIRA)	PANGUE	CONE PVC 23CM COM BARREIRA FUNCIONAL	UNID	50	R$ 28,00	R$ 1.400,00
42	ESCADA PARA TREINAMENTO FUNCIONAL 10 DEGRAUS	PANGUE	ESCADA 10D FUNCIONAL	UNID	20	R$ 39,00	R$ 780,00
43	BAMBOLÊ 75CM	PANGUE	PVC 75CM	UNID	200	R$ 6,00	R$ 1.200,00
44	CRONOMETRO	KADIO	KD - 1069	UNID	10	R$ 22,00	R$ 220,00
45	XADREZ	XALINGO	ESCOLAR - 6001.0	UNID	10	R$ 15,00	R$ 150,00
46	DAMA	XALINGO	TRADICIONAL EM MADEIRA	UNID	10	R$ 15,00	R$ 150,00
Total	R$ 120.000,00						

cento e vinte mil reais

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices previstos em o ato oficial, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da procuradoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) idas uteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) idas uteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o

previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta dias;

2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

11.3.O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021) 1

11.4.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação a seguir discriminada: **Administração:** Funcional: 27.812.0015.2078.0000. Elemento de Despesa: 33.90.30.00 – Material de Consumo. Fonte de Recurso: 500. Código de Aplicação: 999.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet e no Diário Oficial das Prefeituras Piauienses, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Oeiras-PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Colônia do Piauí (PI), 10 de setembro de 2024.

PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLÔNIA DO PIAUÍ

Selindo Mauro Carneiro Tapeti Segundo

Selindo Mauro Carneiro Tapeti Segundo
Prefeito Municipal

PELA CONTRATADA: L S MOURA LTDA - JL DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS HOSP

LS MOURA LTDA:32917343000101 Assinado digitalmente por LS MOURA LTDA:32917343000101 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=PI, L=Oeiras, OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, OU=29781710000103, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PJ A1, CN=LS MOURA LTDA:32917343000101 Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento Localização: Colônia do Piauí - PI

Luanna Sobrinho Moura
Titular

LUANNA SOBRINHO MOURA:02927994382 Assinado digitalmente por LUANNA SOBRINHO MOURA:02927994382 ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, OU=Renovacao Eletronica, OU=Certificado Digital, OU=Certificado PF A1, CN=LUANNA SOBRINHO MOURA:02927994382 Razão: Eu concordo com os termos definidos por minha assinatura neste documento Localização: Colônia do Piauí - PI

TESTEMUNHAS:

1. Débora Taynara V. dos Santos, CPF 046.344.193-19

2. Maria José Rodrigues Freitas Rocha, CPF 009055213307